

Eleições 2024

**PLATAFORMA**

*Política*

das **Servidoras** e dos  
**Servidores** Municipais

  
**Sintraseb**

Sindicato Único dos Trabalhadores no  
Serviço Público Municipal de Blumenau

*Em defesa do serviço público.*

**CONFETAM/CUT**

**CONFETAM**

CONFEDERAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

# APRESENTAÇÃO



**A** Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam/Conatram), filiada à Central Única dos Trabalhadores e representante de milhões de servidoras públicas e servidores públicos municipais, em conjunto com nossos sindicatos e federações filiadas, tem a honra de apresentar a Plataforma dos Servidores/as Municipais para as Eleições Municipais de 2024.

Desde 2015, temos testemunhado um intenso debate sobre os rumos políticos do nosso país. Nesse contexto, as servidoras e os servidores compreendem a importância de fortalecer um projeto de sociedade democrática, pautado pelo desenvolvimento sustentável, distribuição de renda, inclusão social, geração de empregos dignos e realização de concursos públicos para a ampliação do quadro de servidores.

Acreditamos que é fundamental consolidar um projeto de desenvolvimento democrático-popular que capacite o Estado a investir em infraestrutura, adotar sistemas tributários justos e implementar políticas públicas voltadas para as necessidades da população. Isso inclui áreas vitais como educação, saúde, mobilidade urbana, segurança e proteção social.

Nossa plataforma defende a retomada dos direitos usurpados, especialmente os direitos trabalhistas, e o fortalecimento dos processos de democracia direta e participativa. Reconhecemos que as Eleições Municipais de 2024 representam um teste decisivo para os rumos do Brasil.

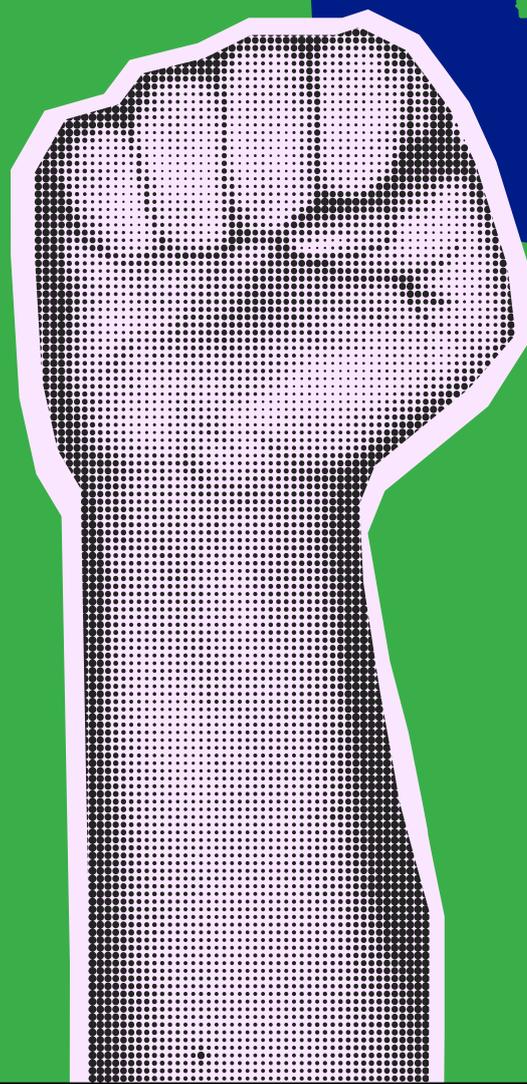
Por isso, convocamos todas as candidatas e todos os candidatos às Câmaras Municipais e às Prefeituras de todo o país a assumirem um compromisso público. Esse compromisso deve abranger a defesa da dignidade dos servidores públicos municipais, o reconhecimento da responsabilidade social inerente às nossas profissões, a garantia das liberdades individuais, a democratização do Estado, o respeito aos direitos humanos e, acima de tudo, a construção de uma sociedade justa e igualitária para todas e todos.

**Direção da Confetam**

# INTRODUÇÃO

**A** plataforma que você está prestes a ler é o resultado de uma escuta atenta e abrangente das e dos dirigentes sindicais das servidoras e dos servidores municipais, expressa por meio do Questionário - "O que você espera da nova Gestão Municipal em relação aos Serviços Públicos e aos/as Servidores/as Municipais?". Foram mais de 200 contribuições de diversas cidades, do Norte ao Sul do país, mostrando a força da nossa construção coletiva.

Neste livreto, você encontrará um resumo das principais demandas compartilhadas pelos dirigentes sindicais, refletindo as expectativas e preocupações dos servidores públicos municipais em relação à sua condição de trabalhador e trabalhadora, bem como cidadãos que são atendidos pelas políticas públicas.



## PRINCIPAIS DEMANDAS IDENTIFICADAS

- ✔ **Valorização dos Servidores:** Existe um consenso sobre a necessidade de valorizar as servidoras e os servidores municipais, reconhecendo seu papel fundamental na construção e manutenção da cidade.
- ✔ **Aumento Salarial e Ampliação nas Carreiras:** Há uma forte demanda pela garantia do aumento salarial, após anos de achatamento salarial, bem como por oportunidades de ampliação e crescimento na carreira das servidoras e dos servidores. Como uma prestação de serviço continuada, o cargo de servidora e servidor exige que a gestão ofereça possibilidades de qualificação mais amplas, visando também garantir o desenvolvimento profissional e perspectivas financeiras mais dignas.
- ✔ **Condições de Trabalho Dignas:** As servidoras e os servidores clamam por condições de trabalho dignas, incluindo melhoria das instalações físicas, equipamentos adequados e um ambiente laboral saudável.
- ✔ **Respeito aos Direitos Trabalhistas:** Exige-se o cumprimento das leis trabalhistas e o respeito aos direitos adquiridos pelas servidoras e pelos servidores, como reposição salarial, férias, entre outros.
- ✔ **Transparência e Participação Popular na Gestão:** Destaca-se a importância de uma gestão transparente, com participação popular efetiva, para garantir a aplicação correta dos recursos públicos e o atendimento às necessidades da população.

✔ **Valorização da Saúde, Educação e Assistência Social:** Há um apelo específico pela valorização das e dos profissionais da saúde, da educação e da assistência social, áreas ocupadas majoritariamente por mulheres, garantindo o reconhecimento e a importância desses setores, com foco no combate à desigualdade de gênero que acompanha a presença feminina, além da necessidade que a população tem da qualificação e universalização desses serviços.

✔ **Concurso Público e Fim das Terceirizações:** Existe a demanda por realização de concursos públicos para ingresso de novas servidoras e novos servidores, assim como o fim das terceirizações, visando a estabilidade e a qualidade dos serviços públicos.

✔ **Respeito às Entidades Sindicais e Negociação Coletiva:** Também ressalta-se a necessidade de respeito às entidades sindicais e à negociação coletiva, que é, de certa forma, um reconhecimento ao trabalho realizado pelas servidoras e pelos servidores. Uma prefeitura não pode atender individualmente cada servidora ou servidor, mas conta com suas e seus representantes diretos, que são as e os dirigentes sindicais. Portanto, manter esse respeito e manter aberta a porta para o diálogo é estabelecer um elo de ligação entre a administração, a gestão pública e as servidoras e os servidores que prestam serviços diretamente às cidadãs e aos cidadãos.

Estas questões **refletem as aspirações das servidoras e dos servidores municipais e fornecem uma base sólida para orientar a atuação da nova gestão municipal**, visando uma administração mais justa, transparente e comprometida com o bem-estar da comunidade.



## EIXOS TEMÁTICOS E PROPOSTAS

### EIXO 1 - TRABALHO:

#### 1- Revogação de Medidas que Retiram Direitos Trabalhistas:

Lutar pela revogação de todas as medidas e reformas que prejudicaram os direitos trabalhistas da classe trabalhadora.

#### 2- Trabalho Decente no Serviço Público:

Assegurar condições de trabalho decentes para todas as funcionárias e os funcionários do serviço público municipal.

### **3- Igualdade Salarial e Cumprimento das Leis:**

Garantir igualdade salarial para trabalho de igual valor e cumprimento das leis do salário mínimo nacional, dos salários mínimos e pisos regionais e dos pisos salariais das diversas profissões, como magistério, agentes comunitários de saúde (ACS's), agentes de combate a endemias (ACE's) e profissionais de enfermagem.

### **4- Saúde, Segurança e Acessibilidade no Trabalho:**

Adotar medidas de saúde e segurança no ambiente de trabalho, além de promover a acessibilidade nos locais de trabalho.

### **5- Recuperação de Direitos Trabalhistas:**

Recuperar as perdas salariais decorrentes de medidas governamentais adotadas durante a Pandemia de Covid-19, além de resolver as lacunas salariais originadas por políticas anteriores de gestões passadas que resultaram em decréscimo salarial para os servidores.

### **6- Democratização das Relações de Trabalho:**

Promover a democratização das relações de trabalho, implementando políticas de valorização das servidoras e dos servidores públicos, incluindo plano de cargos, carreiras e salários, e garantindo acesso à administração pública apenas por meio de concurso público.

### **7- Geração de Emprego e Formalização do Trabalho:**

Articular políticas municipais para geração de emprego e formalização do trabalho, considerando aspectos como geração, gênero, sexualidade e raça.

### **8- Qualificação Profissional e Inclusão no Trabalho:**

Desenvolver programas e políticas voltadas para a capacitação de indivíduos e sua posterior inserção no mercado de trabalho, visando não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a promoção da equidade social e o combate ao desemprego e à exclusão, especialmente para grupos vulneráveis, como jovens, mulheres, população negra, pessoas LGBTQIA+ e migrantes.

### **9- Inclusão de Micro e Pequenas Empresas no Mercado Formal:**

Implementar políticas específicas para micro e pequenas empresas que gerem empregos formais, efetivando a legislação pertinente nos municípios.

### **10- Inclusão no Mercado de Trabalho:**

Criar programas de inclusão no mercado de trabalho por meio da educação profissional, escolarização e orientação para reinserção ao trabalho, valorizando as diversidades regionais.

### **11- Combate à Discriminação e ao Trabalho Precário:**

Implementar políticas de combate à discriminação e ao trabalho precário, incluindo a terceirização, garantindo direitos iguais para trabalhadoras e trabalhadores terceirizados e das empresas contratantes.

### **12- Combate ao Assédio Moral e à Violência de Gênero:**

Promover ações de combate ao assédio moral, à violência de gênero e ao trabalho escravo nos locais de trabalho.

### **13- Programa de Valorização dos Trabalhadores no Serviço Público:**

Implantar um programa de valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores no serviço público municipal, com metas voltadas para saúde, segurança e condições de trabalho adequadas.

#### **14- Redução da Jornada de Trabalho e Revogação da Reforma Previdenciária:**

Aprovar a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e lutar pela revogação da Emenda Constitucional 103/2019 (Reforma Previdenciária), assegurando os direitos previdenciários e pon-do fim ao confisco de 14% sobre as aposentadorias.

#### **15- Destinação de Recursos Educacionais:**

Lutar para que seja destinado 100% dos recursos dos fundos educacionais, como Fundef e Fundeb, para a educação, com parte significativa voltada para as e os profissionais da educação.

#### **16- Defesa da Democracia e Soberania Nacional:**

Lutar pela revogação de emendas constitucionais e outras medidas que prejudiquem a democracia e a soberania nacional.

#### **17- Outras Medidas para Valorização do Trabalho:**

Lutar pela ratificação de convenções internacionais, estabelecimento de data-base para revisão salarial, valorização do salário-base e aplicação imediata de pisos salariais nacionais.

#### **18- Regulamentação do Trabalho Remoto:**

Regulamentar o trabalho remoto das servidoras e dos servidores municipais, garantindo a preservação de seus direitos trabalhistas e a manutenção integral de sua renda durante o período de trabalho remoto, além de estabelecer os termos e condições do home office, incluindo horários de trabalho. Assegurar que as servidoras e os servidores tenham acesso adequado à infraestrutura e aos equipamentos necessários, sendo ressarcidos das despesas relacionadas ao custo do trabalho, como energia elétrica, internet, entre outros.

#### **19- Melhoria das Condições de Trabalho:**

Garantir condições de trabalho dignas, incluindo melhorias nas instalações, equipamentos adequados e ambiente laboral saudável.

#### **20- Reajustes Salariais com Ganho Real:**

Assegurar reajustes salariais com ganhos reais, garantindo a melhoria do poder aquisitivo das trabalhadoras e dos trabalhadores.



## EIXO 2 - ECONOMIA, GESTÃO E ORÇAMENTO PÚBLICO:

### **1- Estímulo aos Arranjos Produtivos Locais:**

Implementar programas que incentivem os arranjos produtivos locais, reconhecendo e potencializando as capacidades econômicas regionais.

### **2- Inserção no Mercado de Trabalho:**

Investir na capacitação profissional e tecnológica, com foco na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. Especial atenção deve ser dada às famílias monoparentais e à juventude.

### **3- Espaços Gastronômicos e Empreendedorismo:**

Estabelecer Food Parks e criar a Central do Microempreendedor Individual (MEI) para fomentar o empreendedorismo local. Além disso, instalar um Galpão de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos contribuirá para a sustentabilidade ambiental.

### **4- Revisão de Contratos de PPPs:**

Cancelar contratos de Parceria Público-Privado (PPPs) existentes, sem indenizações, visando uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

### **5- Capacitação e Apoio Empresarial:**

Realizar cursos de capacitação em parceria com o PRONATEC e treinamentos em gestão de negócios com o SEBRAE. Instituição de Bancos Comunitários, Feiras de Trocas e Moedas Sociais para fortalecer a economia local.

### **6- Fiscalização e Combate à Informalidade:**

Implementar medidas legais e ferramentas que facilitem o acompanhamento das ações dos governos municipais e combate à informalidade nas empresas, especialmente micro e pequenas.

### **7- Fortalecimento da Economia Solidária:**

Promover o desenvolvimento da economia solidária por meio de medidas que incentivem a comercialização, crédito, formação e cooperação internacional.

### **8- Cooperação Interinstitucional:**

Estimular a cooperação e parcerias entre municípios, Estado e União para ampliar os resultados e promover o desenvolvimento territorial.

### **9- Inclusão e Combate à Pobreza:**

Formular Pacto de Combate à Pobreza Local em parceria com todos os setores da sociedade e esferas de poder, com foco em metas, estratégias e recursos para as áreas urbana e rural.

### **10- Política Afirmativa e Inclusiva:**

Focalizar ações com recortes de gênero, geração, raça e orientação sexual, visando à implementação de uma política afirmativa e inclusiva de investimento público.

### **11- Gestão Financeira Local:**

Promover a gestão das finanças locais por meio de bancos comunitários, cooperativas de crédito e outras instituições que garantam a circulação dos recursos no município e na região.

### **12- Sustentabilidade Ambiental:**

Estimular processos produtivos e produtos ambientalmente sustentáveis, incluindo a indústria de recicláveis, logística reversa e tratamento adequado dos resíduos sólidos.

### **13- Participação Popular e Transparência:**

Instituir instrumentos de participação popular no planejamento das políticas públicas e elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Além disso, criar ou fortalecer a Ouvidoria Municipal para receber e encaminhar críticas, denúncias e sugestões sobre a gestão pública.

### **14- Valorização das Servidoras e dos Servidores:**

Incluir diretrizes e índices de reajuste salarial e programas de valorização das servidoras e dos servidores públicos municipais no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, com ampla convocação e divulgação para garantir transparência e participação.

### **15- Representação das Servidoras e dos Servidores:**

Assegurar a representação dos trabalhadores em todos os Conselhos constituídos, com indicação do seu Sindicato, fortalecendo o diálogo entre o poder público e a sociedade civil.



## EIXO 3 – SUSTENTABILIDADE:

### **1- Consolidação dos Arranjos Produtivos Locais:**

Identificar vocações regionais e criar polos de desenvolvimento, fortalecendo a economia local e promovendo a sustentabilidade.

### **2- Desenvolvimento Rural Sustentável:**

Elaborar Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, com participação da sociedade, priorizando a agricultura familiar e práticas sustentáveis.

### **3- Gestão Ambiental e Prevenção de Riscos:**

Implementar políticas de gestão ambiental, limpeza de córregos, manejo de resíduos sólidos e recuperação de áreas degradadas. Adotar medidas de prevenção e manejo de riscos ambientais e adaptação às mudanças climáticas.

### **4- Mobilidade Urbana Sustentável:**

Melhorar a mobilidade urbana com prioridade para o transporte público, acessibilidade para pedestres e tarifas sociais.

### **5- Infraestrutura Urbana Sustentável:**

Incluir critérios de sustentabilidade em projetos de infraestrutura urbana, como arborização e eficiência energética.

### **6- Educação Ambiental:**

Integrar a educação ambiental nas escolas e comunidades para incentivar práticas sustentáveis desde cedo.

### **7- Produção Agroecológica e Orgânica:**

Estimular a produção agroecológica e orgânica,

incluindo sua promoção na merenda escolar, garantindo alimentos saudáveis e sustentáveis.

### **8- Participação da Sociedade Civil:**

Ampliar a participação da sociedade na tomada de decisões sobre desenvolvimento urbano e serviços públicos, fortalecendo a democracia participativa.

### **9- Economia Solidária e Inclusão Social:**

Articular ações de economia solidária com políticas de emprego e renda para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

### **10- Transição para Tecnologias Limpas:**

Garantir políticas que favoreçam a transição para tecnologias limpas, protegendo empregos e comunidades afetadas.

### **11- Proteção Ambiental e Acesso à Água:**

Combater as privatizações que prejudiquem o acesso à água e ao saneamento, vetando projetos que ameacem o meio ambiente.

### **12- Conscientização sobre Consumo Responsável:**

Promover a conscientização sobre consumo responsável e práticas sustentáveis.

### **13- Incentivos Fiscais para Empresas Sustentáveis:**

Ofertar incentivos fiscais para empresas que investirem em tecnologias limpas e empregos verdes, estimulando a economia verde e a sustentabilidade.



## EIXO 4 - ESTADO E SOCIEDADE:

### 1- Contra a Reforma Administrativa:

Posicionar-se contra a proposta de Reforma Administrativa prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) N° 32 e correlatas, não adotar reformas deste tipo no município e, caso seja necessário uma reforma administrativa, ela deve ser fundamentada na proteção social das servidoras e dos servidores, garantindo os direitos já constitucionalmente assegurados, como o 13° salário, férias e Previdência, além de oferecer proteção trabalhista antes, durante e após a conclusão do serviço. Qualquer reforma administrativa deve ser pautada na proteção dos direitos trabalhistas das servidoras e dos servidores e de suas garantias constitucionais vigentes.

### 2- Concurso, Diversidade e Combate à Terceirização:

Realizar concursos públicos para todas as categorias, visando garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados à população. Implementar cotas para negros, negras, pessoas com deficiência e outras populações minorizadas em direitos em todos os setores da administração pública municipal, além de eliminar a transferência de recursos públicos para Organizações Sociais e combater a terceirização.

### 3- Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração:

Criar, implementar e reformular Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração para o conjunto do funcionalismo público, respeitando a regulamentação e direitos de categorias regulamentadas no país e incluindo especialmente as áreas fundamentais da prestação de serviços públicos.



#### **4- Transparência e Participação:**

Implementar instrumentos de transparência no planejamento e execução de políticas públicas.

Assegurar a participação dos movimentos sociais nas decisões das políticas públicas, incluindo trabalhadoras e trabalhadores nos Conselhos Tripartites das políticas de qualificação, emprego e renda.

#### **5- Reforma Urbana e Apoio Social:**

Realizar reforma urbana e expropriar áreas ocupadas para habitação, fornecendo suporte às políticas sociais, educação, saúde, saneamento e segurança para as ocupações urbanas.

Financiar e apoiar programas sociais especializados em desenvolvimento social, ambiental e humano.

#### **6- Negociação coletiva:**

Estabelecer Mesas de Negociação como instrumento democrático para melhorar condições de trabalho e serviços públicos.

#### **7- Fortalecimento Sindical:**

Garantir estabilidade na atividade sindical e reintegração de demitidas e demitidos, conforme a Constituição Federal.

Fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho no serviço público, respeitando a liberdade e autonomia sindical.

#### **8- Diálogo e Denúncia:**

Promover interlocução entre servidoras e servidores, sindicatos e poder público, estabelecendo mesas de negociação e respeitando a organização no local de trabalho.

Garantir liberdade de organização e manifestação, regulamentando e protegendo o direito de greve.

Aplicar a Convenção 151 da OIT, instituindo a Mesa de Negociação Coletiva Permanente.

#### **9- Institucionalização e Combate ao Antissindicalismo:**

Institucionalizar o CRT - Conselho de Relações de Trabalho no Serviço Público Municipal e as Organizações por Local de Trabalho.

Implementar mecanismos de denúncia de limitação da atividade sindical, combatendo práticas antissindicalistas e protegendo as servidoras e os servidores.

#### **10- Formação e Valorização Profissional:**

Executar política de formação das servidoras e dos servidores e implantar Programa de Valorização nos municípios, com metas para saúde, segurança no trabalho e melhorias nas condições de trabalho e acesso a políticas de habitação, cultura e crédito.

## EIXO 5 - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES:

### 1- Promoção e Proteção dos Direitos de Grupos Minoritários:

Comprometer-se com o respeito e promoção dos direitos de grupos minoritários, incluindo negros, negras, pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais), jovens e pessoas com deficiência, e combater a violência contra a mulher.

Construir legislação municipal para garantir a proteção das mulheres grávidas, pessoas com útero (homens trans, agêneros etc) e lactantes em ambientes insalubres.

### 2- Inserção Profissional e Não Discriminação:

Elaborar políticas de inserção profissional para mulheres jovens em todos os setores econômicos.



Garantir políticas de não discriminação nos processos seletivos públicos.

### **3- Capacitação em Direitos Humanos:**

Fomentar os direitos humanos de todas e todos por meio da capacitação de profissionais em questões de identidade racial, de gênero, orientação sexual e deficiência.

Desenvolver a carreira com mecanismos de valorização e inclusão específicos para grupos minoritários.

### **4- Políticas de Saúde e Educação Inclusivas:**

Promover políticas de saúde inclusivas para a comunidade LGBTQIA+, incluindo processos de transexualização nos serviços de saúde municipais.

Desenvolver ações preventivas para infecções sexualmente transmissíveis, com foco em grupos minoritários.

Implementar políticas para combater a evasão escolar de pessoas LGBTQIA+ e discutir questões relacionadas à diversidade na escola.

### **5- Políticas de Não Discriminação e Responsabilização:**

Estabelecer políticas de não discriminação e medidas de responsabilização no serviço público para casos de racismo, homofobia, preconceito geracional e contra pessoas com deficiência.

Fiscalizar e combater o assédio nos locais de trabalho e espaços públicos.

### **6- Fortalecimento e Financiamento de Redes de Atenção:**

Fortalecer e financiar redes de atenção à mulher vítima de violência, melhorar o atendimento primário para mulheres vítimas de violência, prevenir o feminicídio, punir os agressores e combater o assédio nos locais de trabalho e espaços públicos.

### **7- Políticas de Assistência à Família:**

Instituir licença parental compartilhada para mães e pais, incluindo uniões homoafetivas, e zeragem do déficit de creches, além de ampliar o número de creches integrais.

### **8- Combate às Práticas Abusivas:**

Intensificar programas de combate ao turismo sexual, tráfico de pessoas e exploração sexual, fiscalização e combate ao trabalho infantil e ao trabalho análogo à escravidão, com sanções severas para os infratores.

## EIXO 6 - POLÍTICAS TEMÁTICAS:

### **1- Direito à Cidade, Saúde e Educação de Qualidade:**

Aprimorar e executar políticas de direito à cidade, saúde e educação de qualidade.

Garantir transporte e merenda escolar de qualidade.

Adotar remuneração diferenciada e condições de trabalho adequadas para profissionais da educação em áreas rurais e de difícil acesso.

### **2- Educação Permanente e Liberdade de Cátedra:**

Garantir políticas de educação permanente para todos os trabalhadores e liberdade de cátedra ou ensino para as professoras e os professores.

Formar continuamente para aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Elas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente.



### **3- Saúde Pública e Assistência Social:**

Defender a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS) como um sistema 100% público e estatal.

Implementar a defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família.

Garantir serviços de saúde e educação 100% públicos, gratuitos, universais e de qualidade.

### **4- Direitos dos Profissionais de Saúde:**

Capacitar e proteger as trabalhadoras e os trabalhadores da saúde, incluindo fornecimento de EPIs e testagem em situações de pandemia.

Afastar grupos de risco em situações de crise de saúde.

### **5- Acesso à Medicamentos e Vacinas:**

Reivindicar a quebra automática de patentes para produção de medicamentos e vacinas em situações de emergência de saúde.

### **6- Integração de Políticas Pós-Pandemia:**

Criar fóruns municipais para integração de políticas públicas pós-pandemia.

### **7- Promoção da Saúde e Bem-Estar:**

Implementar escolas municipais promotoras de saúde e outros programas educativos e de promoção da saúde.

Realizar campanhas educativas e criação de espaços públicos para atividades físicas.

### **8- Comunicação Pública e Comunitária:**

Estruturar o Sistema Público de Comunicação Municipal, com a criação de canais públicos e comunitários de radiodifusão.

Criar editais de fomento à política pública municipal de Comunicação, com vistas ao fortalecimento de uma rede de comunicação popular da cidade.

### **9- Respeito à Cultura e Autonomia Alimentar:**

Respeitar a cultura dos povos do campo, da floresta e das águas e garantir autonomia e apoio para plantarem os alimentos que respondam às suas demandas na qualidade e quantidade necessárias.

### **10- Defesa dos Direitos Civis e das Riquezas Naturais:**

Garantir as liberdades civis e os direitos das cidadãs e dos cidadãos, atuando no fortalecimento da democratização da sociedade em todos os níveis.

Defender as riquezas naturais, evitando a exploração pelo capital nacional e internacional, e colocá-las a serviço do bem-estar da coletividade.



# SERVIÇO PÚBLICO: É A GENTE QUE FAZ!

VALORIZAÇÃO. **RECONHECIMENTO.** DIREITOS.



## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BLUMENAU

Eleições 2024

PLATAFORMA

*Política*

das **Servidoras** e dos  
**Servidores** Municipais



**A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BLUMENAU, CONSTRUÍDA E APROVADA PELA CATEGORIA EM ASSEMBLEIA GERAL, CONTÉM TRÊS EIXOS DE REIVINDICAÇÕES, COMPREENDENDO: EIXO 1, DATA-BASE – NEGOCIAÇÃO ECONÔMICA; EIXO 2, PROPOSTAS PARA SEREM DISCUTIDAS NA MESA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE E; EIXO 3, PROPOSTAS PARA A REVISÃO DO PLANO DE CARREIRA.**

## **EIXO 1. DATA-BASE | NEGOCIAÇÃO ECONÔMICA**

1. Reposição integral do INPC na folha de pagamento do mês de maio, de acordo com Lei 498/2004;
2. Rediscutir as isenções fiscais que prejudicam o financiamento das políticas públicas;
3. Equiparar o valor do auxílio alimentação com o recebido pelos servidores e servidoras da câmara de vereadores;
4. Rediscutir os critérios de pagamento do auxílio alimentação, ampliando o percentual para servidores com carga horária superior a 40h;
5. Garantir em legislação municipal a aplicação do reajuste do Piso Nacional do Magistério impreterivelmente no mês de janeiro de cada ano, conforme lei federal 11.738/08;
6. Realizar o pagamento do passivo gerado pela não aplicação da hora atividade integral para o magistério, em cumprimento a Lei Federal 11.738/08 e decisão judicial;
7. Garantir em legislação municipal a aplicação do reajuste do Piso Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate à Endemias, conforme EC 120/22;
8. Garantir em legislação municipal a aplicação do reajuste do Piso Nacional da Enfermagem (conforme EC 124/22);
9. Garantir isonomia de direito aos servidores e às servidoras ACTs e efetivos em relação ao recebimento de gratificações e benefícios;
10. Garantir gratificação à equipe multiprofissional dos AGFs, bem como aos ACS, uma vez que estão desempenhando ações de saúde que favorecem e melhoram o desempenho das equipes, e são ações correlatas;
11. Garantir em legislação municipal o incentivo financeiro adicional dos ACSs e ACEs conforme portarias do Ministério da Saúde;
12. Alterar a Lei municipal nº 7.564/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, para determinar que as contratações devam ser realizadas pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclusive com recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por tempo determinado e estritamente necessário para a consecução das tarefas, pelo prazo mínimo de até 06 (seis) meses, possibilitada a sua prorrogação sucessiva, devidamente justificada, observado o prazo máximo de 02 (dois) anos.
13. Manter a gratificação e demais benefícios às servidoras e aos servidores que se ausentarem do trabalho por mais de 15 dias em razão de licença médica;
14. Cumprir imediatamente a EC 120/22 que assegura aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias o adicional de insalubridade, com efeito retroativo a maio de 2022;
15. Rediscutir os critérios da gratificação de condução, pois os condutores da ambulância do SUS executam funções semelhantes aos profissionais condutores de ambulância do SAMU;
16. Incluir os estagiários no pagamento do auxílio alimentação;
17. Rediscutir os critérios de gratificação dos educadores sociais, com isonomia em relação aos demais servidores e servidoras;
18. Cumprir imediatamente a lei 14.684 em relação a periculosidade da Guarda de Trânsito.
19. Suspender os efeitos da LC 173/2020: Garantir a contagem do período compreendido entre o dia 28/05/2020 a 31/12/2021, como aquisitivo para fins de obtenção do direito à licença-prêmio (pecúnia conforme dispositivo da LC 660/07), triênios e prêmio especial;
20. Revogar a cobrança da alíquota previdenciária de 14% dos(as) beneficiários(as) do ISSBLU, com alteração da lei.

## EIXO 2. MESA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

1. Rediscutir o decreto 13.638 sobre HAE, garantindo que as formações ofertadas pela SEMED sejam organizadas nas horas atividades internas;
2. Garantir à Coordenação Pedagógica 1/3 de hora atividade;
3. Garantir o pagamento do passivo gerado com o parcelamento do INPC de 2016 para todos(as);
4. Garantir estrutura física adequada com ampliação dos espaços e fornecimento de equipamento de proteção individual e coletivo;
5. Garantir que os ACS tenham espaço físico adequado nas unidades de saúde, para o desempenho de suas funções internas;
6. Reestruturar o programa de saúde do trabalhador para os servidores e servidoras;
7. Criar um programa de atendimento de saúde para servidores e servidoras que estejam em tratamento de doenças de alto risco e procedimentos de alto custo;
8. Realizar o pagamento das promoções por avaliação de desempenho de 1998, 2001, 2004 e 2007: o percentual devido (6,09% cada) e o passivo para todos (ativos e inativos). Pelo fim dos recursos protelatórios;
9. Regulamentar o direito à desconexão dos trabalhadores(as). Respeitar os intervalos de descanso, de férias, para que o servidor e a servidora possam efetivamente se desconectar, sem ter que responder de forma remota questões relacionadas ao trabalho;
10. Implementar quadro de lotação dos servidores em todos os setores;
11. Ampliar o quadro de vagas, pois existem servidores e servidoras ACT em vagas que não são de substituição, mas não há chamada de concursados, alegando que não há previsão no quadro, a exemplo da SEMUDES;
12. Realizar concurso de remoção para todas as secretarias, garantindo a remoção entre secretarias e não exclusivo na secretaria de lotação;
13. Realizar concurso público para todas as vagas existentes;
14. Chamar os concursos homologados para vagas existentes;
15. Tornar transparente o quadro de vagas e lotação em todo o serviço público;
16. Rever o artigo 159, inciso 21, da Lei Complementar nº 660, que dispõe sobre os afastamentos para tratamentos complementares, substituindo o tempo de duas horas definido para “de acordo com a necessidade do atendimento, sendo aceito declaração e atestado”;
17. Pelo fim da terceirização de serviços, com realização de concurso público para a contratação de trabalhadores/as para todas as áreas e serviços terceirizados;
18. Fortalecer e modernizar o SAMAE como empresa pública; para que a água potável seja um direito universal e pelo controle público do serviço de saneamento e distribuição;
19. Reverter a terceirização dos atendimentos em saúde através da telemedicina (ALÔ SAÚDE), esse atendimento deve ser feito por profissionais do SUS concursados e não por corporações pagas com dinheiro público;
20. Reverter a terceirização do atendimento da psicologia e fonoaudiologia (SEMUS);
21. Realizar e regularizar extensão PERMANENTE de carga horária;
22. Respeitar o período de realização dos laudos técnicos de condições e ambiente de trabalho (LTCAT);
23. Garantir o pagamento do adicional de insalubridade ou periculosidade para todos que tem direito, através da LTCAT, bem como respeitando as legislações específicas;
24. Priorizar a revisão dos LTCAT nas funções de servidores e servidoras que atuam no transporte de animais doentes e amostras de patologias;
25. Garantir um calendário da Mesa de Negociação Permanente setorizada, cobrando um cronograma sistemático de reuniões;
26. Liberação do ponto aos servidores/as que participarem de conselhos e/ou órgãos municipais, estaduais e nacionais representando o sindicato ou de representação classista;
27. Criar grupo de trabalho com representação do executivo, legislativo e Sintraseb para criação de Lei específica de combate ao assédio moral/sexual e posterior aprovação;
28. Adequar a legislação municipal conforme inciso XII do Artº 473 da CLT, garantindo o direito a 3 dias para preventivo de câncer; “até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada. (Incluído pela Lei nº 13.767, de 2018)”
29. Pelo direito ao dia de folga para prevenção e controle do Câncer, previsto no artigo 159, inciso II da LC 660/07 sem prejuízos remuneratórios eventuais, a exemplo do prêmio assiduidade;

## EIXO 2. MESA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

30. Rejeitar os termos da Reforma Administrativa Federal (PEC 32), mantendo os direitos previstos no Regime Jurídico Único – LC 660/07 e LC 661/07, 662/07 e 1.047/16;
31. Revogar a Reforma da Previdência Municipal, Lei Complementar 1390/2021;
32. Garantir o pagamento dos duodécimos devidos ao ISSBLU referente às alíquotas patronal e especial, sem atrasos e parcelamentos;
33. Revogar a Lei 1508/23 que alterou a alíquota suplementar ISSBLU;
34. Elaborar protocolo de prevenção e combate ao desrespeito ao servidor público, quando o servidor e servidora sofre agressões físicas, verbais ou psicológica por usuários dos serviços, garantindo amparo jurídico e psicológico quando necessário;
35. Garantir atendimento e acompanhamento jurídico a servidores(as) que possam necessitar em razão de situações relacionadas a trabalho no exercício da função;
36. Garantir a plena inclusão e integração dos servidores e servidoras pessoas com deficiência, incluído aqueles e aquelas que possam vir a ser caracterizados como pessoa com deficiência durante o exercício profissional, garantindo a superação das barreiras, condições dignas de trabalho, respeitando a acessibilidade e criar estratégias de combate à discriminação;
37. Alterar a redação do Art. 10 da LC 661/2007 que trata sobre o conceito de deficiências, art 10: “ Art. 10 Consideram-se deficiências aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para integração social”, adequando ao conceito de pessoa com deficiência que consta na LBI – Lei brasileira de inclusão “Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”;
38. Garantir o cumprimento do parágrafo primeiro do artigo 273, da LC 660/07, respeitando o atestado de até cinco dias do médico assistente (perícia somente após o quinto dia de atestado);
39. Reajustar as diárias anualmente conforme índice INPC;
40. Rediscutir o Decreto Nº 14.858, de 17 de outubro de 2023, que dispõe sobre a concessão de diárias, pois algumas regras impostas pelo decreto estão onerando os servidores e colocando impedimentos para o desenvolvimento das atividades que porventura necessite de diárias;
41. Garantir formação continuada aos educadores da SEMUDES, proteção básica e especial (média e alta complexidade);
42. Rediscutir os critérios que regulam o fluxo da central de veículos SEMUS;
43. Que seja oferecido aos motoristas SEMUS o curso de socorrista nas capacitações;
44. Reconhecer a pós-graduação realizada antes da efetivação, com valorização das especializações, mestrados e doutorados, contemplando efetivos e ACTs;
45. Rediscutir o modelo de atendimento dos AGFs, (incluindo a descentralização física das equipes), pois como estão organizados não atendem as diretrizes da atenção primária à saúde, determinados pelo Ministério da Saúde como regionalização e hierarquização, territorialização, população adscrita, participação da comunidade entre outros;
46. Garantir a substituição dos profissionais de saúde em férias e outros afastamentos, com ampliação das equipes itinerantes;
47. Assegurar ao servidor que contar com período incompleto de licença-prêmio igual ou superior a 1 (um) ano e que tenha adquirido o direito à aposentadoria em qualquer de suas modalidades, o direito de receber em pecúnia a licença-prêmio de forma proporcional, à fração de 1/10 (um décimo) para cada ano completado.
49. Erradicar os desvios de função.

## EIXO 03. REVISÃO DO PLANO DE CARREIRA

1. Cumprir imediatamente o piso nacional do agente comunitário de saúde e agente de combate a endemias, garantindo o reajuste necessário na carreira das categorias;
2. Cumprir imediatamente o piso nacional da enfermagem (conforme EC 124/22), garantindo o reajuste necessário na carreira das categorias;
3. Dar continuidade à política de recuperação das perdas históricas representada nos enquadramentos salariais das categorias, priorizando as funções das categorias D-4, desenhista, mecânico, motorista, operador de máquinas e E-5 agente administrativo, agente de defesa civil, cadastrador imobiliário, educador social, eletricitista, fiscal de obras e posturas, fiscal de obras públicas, fiscal do meio ambiente e fotógrafo da administração direta e autarquias, garantindo isonomia salarial entre funções de escolaridade equivalente;
4. Incorporar as gratificações dos profissionais da saúde a exemplo de médicos e dentistas;
5. Garantir o enquadramento/ranqueamento das TSB/Técnica em Higiene Dental para corrigir uma injustiça imposta pelo ranqueamento da Lei Complementar 846/2012, onde o cargo com exigência de nível técnico ficou com salário abaixo do cargo correlato de nível médio, o auxiliar de consultório dentário;
6. Garantir o enquadramento/ranqueamento na SEMMAS dos profissionais químicos, educadores ambientais e biólogos, não ranqueados na última alteração da legislação;
7. Garantir o cumprimento integral da Lei do Piso Nacional do Magistério (lei 11.738/2011), garantindo o reajuste necessário na carreira do magistério;
8. Reajustar todas as tabelas salariais, garantindo que o menor padrão de vencimento corresponda ao valor do menor piso salarial estadual de Santa Catarina;
9. Garantir um adicional de função para as vacinadoras(es);
10. Reenquadramento salarial das/os coordenadoras/os pedagógicas/os;
11. Implementar os planos de cargos, carreira e salários (PCCS) específicos do SAMAE, SMTT, ISSBLU, SEMUDES, SEMMAS garantindo a isonomia dos direitos;
12. Rediscutir o manual de ocupação do Agente Administrativo;
13. Reconhecer a pós graduação realizada antes da efetivação, com valorização das especializações, mestrados e doutorados, contemplando efetivos;
14. Implantar progressão vertical para todas as funções;
15. Incorporar o prêmio assiduidade para todos os(as) servidores(as), de todas as categorias, com sua posterior extinção;
16. Rediscutir os critérios e os protocolos da Avaliação de Desempenho, garantido que sindicato participe da comissão, bem com a avaliação dos pares e chefias e sua finalidade, que tem se tornado instrumento de coerção e assédio moral no local de trabalho, quem compõe o grupo de avaliadores; definir há quanto tempo a chefia e o cargo par estão no exercício da função para avaliar, etc;
17. Realizar estudo referente a extinção das funções gratificadas: exceto dos gestores/coordenadores e chefias, reenquadrando e incorporando ao salário, para efetivação imediata;
18. Rediscutir o Decreto Nº 9.484/2011. Atribuições Inerentes às Funções Gratificadas de Confiança – FGC’S, no que diz respeito as atribuições do Controlador de Regulação de Média Complexidade, incluindo profissionais que estão na atenção básica ou média e desenvolvem atividades junto ao sistema SISREG;
19. Rediscutir o manual de ocupação do agente comunitário de saúde, bem como a função do agente comunitário na função de agente administrativo, como atendimento ao público na recepção das unidades de saúde;
20. Reajuste linear para todos os servidores e servidoras, incluindo os aposentados (as) com paridade, de 3%, como forma de compensação do aumento da alíquota do ISSBLU de 11% para 14%, que ocorreu em 2020;
21. Garantir aos coordenadores(as) pedagógicos e secretários(as) escolares o abono do magistério;
22. Rediscutir o manual de ocupação coordenadoras/es pedagógicas/os;
23. Rediscutir os critérios de gratificação dos educadores sociais.

# CARTA COMPROMISSO

## PLATAFORMA POLÍTICA DAS SERVIDORAS E DOS SERVIDORES MUNICIPAIS 2024

Ao assinar a Carta Compromisso, os(as) candidatos(as) ao cargo de prefeito(a) e vereador(a) estarão de acordo em considerar as ideias e propostas apresentadas pela Plataforma Política dos(as) Servidores(as) Públicos(as) Municipais para as Eleições 2024, proposta pela Confetam/CUT. Se eleitos(as), deverão estar dispostos(as) a incorporar os Eixos Estratégicos de forma transversal às políticas públicas, sempre procurando promover a participação da sociedade civil. Além disso, manifestam estar cientes da Pauta de Reivindicações da categoria, comprometendo-se a discutir e trabalhar permanentemente com a representação sindical por sua execução.

Eu, \_\_\_\_\_, candidato(a) pelo partido \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_ na cidade de Blumenau/SC, assumo a responsabilidade, a partir deste momento, através da assinatura da Carta Compromisso, de considerar a Plataforma Política das Servidoras e dos Servidores Públicos Municipais para as Eleições 2024, apresentado pela Confetam/CUT, e que estou ciente das reivindicações dos(as) servidores(as), comprometendo-me a trabalhar por sua execução.

Blumenau, 18 de Setembro de 2024

Assinatura do(a) candidato(a)

